
MODO DE VIDA EM TRANSFORMAÇÃO: O CASO DA COMUNIDADE LAGOA DOS ÍNDIOS, AMAPÁ

WAY OF LIFE IN TRANSFORMATION: THE CASE OF THE COMMUNITY OF LAGOA DOS ÍNDIOS, AMAPÁ (BRAZIL)

Danielson da Silva Iaparrá¹
Roni Mayer Lomba²
Edimar de Sousa Alves³

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo principal as mudanças no modo de vida em uma comunidade secular e tradicional de raízes quilombolas, localizada a oeste do município de Macapá, capital do Amapá, zona urbana da cidade. Nas análises averiguou-se o modo de vida e as formas de organização no passado e na atualidade da comunidade da Lagoa dos Índios. Discutimos teorias, buscando identificar as contribuições relacionadas ao modo de vida camponês e quilombola, identidades, territorialidades e outras. Foi realizada pesquisa de campo, entrevistas orais e semiestruturadas para obter dados sobre as demandas sociais, políticas e econômicas, específicas da comunidade. Os resultados demonstram mudanças no modo de vida tipicamente tradicional e maior apego dos sujeitos ao modo de vida urbano, motivado, principalmente pela expansão da cidade de Macapá sobre o território, fenômeno que causou impactos nas relações políticas, culturais, econômicas e de consumo. Esses dados foram importantes por subsidiarem discussões pouco exploradas na academia e sociedade.

Palavras-chave: Territorialidade Quilombola. Modo de vida. Lagoa dos Índios

ABSTRACT: This work has as main objective the changes in the way of life in a secular and traditional community of quilombola roots, located to the west of the municipality of Macapá, capital of Amapá, urban zone of the city. In the analyses, the way of life and the forms of organization in the past and at present in the community of “Lagoa dos Índios”. Theories were discussed seeking to identify the contributions related to the peasant and quilombola way of life, identities, territorialities and others. Field research, oral and semi-structured interviews were conducted to obtain data on the social, political and economic demands specific of the community. The results demonstrate changes in the traditional way of life and greater attachment of the individuals to the urban way of life, motivated, especially, by the expansion of the city of Macapá over the territory, phenomenon which cause impact on the political, cultural, economic and consumption relations. These data were important because they subsidized discussions little explored in academia and society.

Key words: Quilombola Territoriality. Way of life. Lagoa dos Índios

1 Mestrando em Desenvolvimento Regional/UNIFAP; Licenciado e bacharel em Geografia/UNIFAP. E-mail: danielson.iaparra@gmail.com.

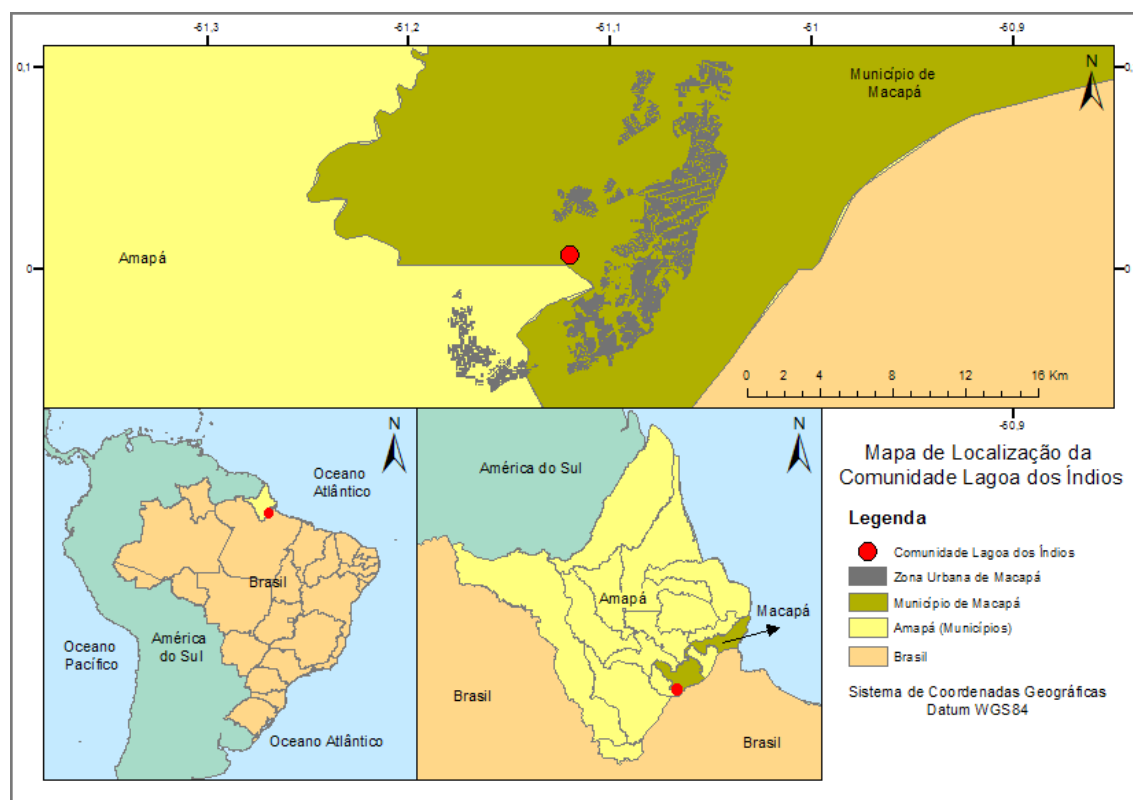
2 Professor Doutor da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP. E-mail: roni@unifap.br.

3 Licenciado e bacharel em Geografia/UNIFAP. E-mail: edimarpedagogo@bol.com.br.

1 Introdução

A formação do território tradicional de raízes quilombola da Lagoa dos Índios se confunde com a própria construção histórica do Amapá, é um grupo de remanescente afrobrasileiro que por mais de dois séculos vivem na porção oeste do município de Macapá, perímetro urbano da cidade. Diante disso, procuramos apontar, dentro desse trabalho, aspectos importantes do modo de vida tipicamente tradicional e as mudanças ocasionadas pelo paradigma da modernidade, sem a intenção de esgotar a análise do movimento histórico construído e em transformações naquele espaço geográfico territorializado.

O mapa a seguir representa a localização da comunidade Lagoa dos Índios, população tradicional e originária de grupos remanescente de quilombo. Essa comunidade está situada na porção oeste do município de Macapá, capital do Amapá, zona urbana da cidade, cujo acesso se dar pela Rodovia Duca Serra, (antes denominada de Duque de Caxias), estrada que liga a capital Macapá ao município de Santana.



Fonte: Pesquisa de campo. Org. Danielson Iaparrá, 2017

Figura 1. Mapa da comunidade Lagoa dos Índios

Essa região é rica em diversos ecossistemas como floresta de várzea, cerrado, terra firme, áreas de ressacas e lagoas que desaguam no igarapé da Fortaleza. Por outro lado, está cercada por instituições públicas e privadas, lotes urbanos, conjuntos residenciais que de forma direta e indireta exercem pressão sobre o quilombo, provocando, assim, perdas significativas no território. Portanto, são elementos que conduzem as mudanças ocorridas através dos tempos na comunidade.

Diante disso procuramos compreender as diversas formas de ocupação e formação dos quilombos no Brasil, buscando identificar características similares de construção de

identidade e de organização. Em seguida, buscamos conhecer os conceitos de modo de vida, que desencadeiam nas relações de vizinhança, solidariedade e compadrio.

Outro enfoque é discutir através de relatos de moradores mais antigos, o modo de vida no passado e na atualidade, identificando as formas de produção, organização e o uso dos recursos naturais. O período histórico foi analisado sob a ótica estimulante de provocar as primeiras transformações no território e rupturas na autonomia das práticas produtivas desenvolvidas na comunidade.

Num terceiro momento buscamos compreender a expansão urbana sobre o quilombo, e as implicações da modernidade no modo de vida tipicamente tradicional. O enfoque principal está relacionado às mudanças ocorridas no território e no modo de vida, analisando o processo de urbanização como elemento que contribuiu para ocasionar as perdas materiais e imateriais desses sujeitos.

Nos resultados foram observadas transformações significativas no modo de vida tradicional e, maior apego dos quilombolas ao modo de vida urbano, motivado pelo paradigma da modernidade e do avanço da cidade de Macapá sobre o território. Expansão que causou impactos, modificando as relações políticas, culturais, econômicas e de consumo da comunidade ali estabelecida.

A pesquisa construiu-se a partir de levantamento bibliográfico sobre a temática, desencadeando nas contribuições teóricas de Marques (1994), Rezende da Silva (2008), Treccani (2006), Suzuki (2013) e outros. Em campo, realizamos entrevistas qualitativas com membros mais antigos da comunidade cujo interesse foi compreender o antigo modo de vida tradicional e as mudanças deste. Num outro momento, realizamos entrevistas semiestruturada para fins de obter um diagnóstico sobre as demandas sociais, políticas e econômicas dos quilombolas. Da posse desses dados, construímos a pesquisa de cunho teórico e crítico para que sejam questionadas e discutidas pela ciência e sociedade.

2 Quilombo e modo de vida

Para compreender as lutas dos quilombolas é necessário conhecer suas origens históricas, formas de organização, modos de vida e resistência pela permanência no território. Esses grupos no Amapá têm suas raízes ligadas à descendência africana, que no período colonial português na Amazônia serviram de mão de obra escrava. Realizavam trabalho compulsório, utilizados principalmente nas instituições públicas, construção de forte e nas lavouras de arroz, algodão e urucu. Esses grupos eram formados inicialmente por negros comprados da África pelo governo da capitania e por índios cativos da época.

No Brasil, a partir da assinatura das leis atenuantes do sistema escravista (Lei do Ventre-Livre, Lei dos Sexagenários e Lei Áurea), em 13 de maio de 1888, os escravos foram libertos. No entanto nos moldes como foi idealizada a abolição, não ficou assegurado aos libertos, os direitos legítimos, indispensável para sua reprodução. Segundo Rezende da Silva (2008, p. 62-3) com a abolição “a estrutura fundiária permaneceu intocada, a vida econômica continuou apoiada na grande propriedade exportadora e a população escrava, depois de liberta, foi marginalizada e abandonada à sua própria sorte”.

Com a marginalização, abandono e negação dos direitos, os grupos negros depois de libertos, foram se abrigar nos quilombos que antes da abolição já estavam constituídos, outros foram elaborados no período pós-escravidão e formados em diversas roupagens e temporalidades.

Sobre os quilombos no Brasil, é importante destacar que suas terras, geralmente, foram concebidas através de lutas por grupos negros fugitivos do sistema escravista, lugar de abrigo. Foram terras doadas ou concedidas pelos seus proprietários em troca do trabalho compulsório. Além das terras que foram adquiridas através da compra por grupos familiares, que ao longo dos tempos, adquiriram formas próprias de organização social e modos de vida originais na região.

Rezende da Silva (2008, p. 76), em sua tese de doutorado sobre os negros da mata atlântica menciona, “embora todos, de alguma forma, representem resistência ao sistema escravista, nem todos foram formados pela reunião de escravos fugitivos”. Aponta ainda, diversas circunstâncias que deram origem aos quilombos no Território brasileiro:

Há quilombos que se formaram a partir do abandono, pelo fazendeiro, dos escravos nas terras que cultivavam, principalmente em momento de crise econômica do produto cultivado;

Por herança, há muitos casos em que fazendeiros deixaram pedaços de terra para escravo de sua confiança, ou em que viúvas solitárias as deixaram para seus escravos, ou ainda os casos em que o herdeiro é um filho bastardo do fazendeiro;

Terras doadas a Santos muitas vezes foram ocupadas por comunidades negras rurais; Terras ocupadas pacificamente depois de abandonada pelos seus senhores em momento de crise econômica;

A compra de terras;

A ocupação de terras devolutas, antes e depois da abolição da escravidão, pois mesmo após esta, a marginalização dos negros fizeram que muitos migrassem em busca de terras mais distantes e ainda não ocupada ou abandonadas;

Recebimento de terras por serviços prestados ao Estado;

E, é claro reunião de escravos fugidos. (REZENDE DA SILVA 2008, p. 76).

As afirmações de Rezende da Silva (2008), nesse caso, comprovam uma diversidade de origens dos quilombos no Brasil, desfaz mitos, e discursos ortodoxos dos mocambos como lugar “exclusivo” de negros fugitivos da escravidão.

Para Treccani, os “Quilombolas, cachombolas, mocambeiros eram os termos adotados ao longo do tempo e em diferentes lugares e suas terras definidas como quilombos, mocambos, terras de negro, terra de preto, terras de santo” (TRECCANI 2006, p. 105).

Os quilombos no Brasil, portanto, nem sempre foram constituídos a partir de revoltas ou de fugas elaboradas por grupos insatisfeitos, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas comuns na comunidade, relacionada à resistência, manutenção e reprodução social.

Sendo assim, compreendemos o modo de vida dos grupos quilombolas, assim como das comunidades tradicionais, como força das práticas cotidianas do trabalho familiar ou de vizinhança, relações ligadas ao extrativismo, à agricultura, à caça e a pesca. Marques (1994, p. 6) em seu estudo sobre o camponês sertanejo nas grandes fazendas em Ribeira – PB afirma que “o modo de vida camponês é formado por um conjunto de relações familiares e de vizinhança, formas de organização da produção imediata, condições materiais de vida e de trabalho, relações políticas e religiosas”. E continua:

O modo de vida corresponde à forma particular de um grupo social manifestar sua vida, na qual as tradições e as representações resultantes da experiência vivida das condições de existência desempenham um importante papel. A diferenciação entre os modos de vida sob o capitalismo está relacionada à forma como esse modo de produção se reproduz, incorporando e redefinindo práticas sociais com temporalidade[...], (MARQUES 1994, p. 24-5).

As alegações de Marques (1994) colocam em evidências que o modo de vida é uma forma específica de um determinado grupo expressar suas relações sociais, políticas, culturais e religiosas ao longo da história.

Dentro de uma concepção teórica mais abrangente o geógrafo Júlio César Suzuki redefine o modo de vida:

[...] pela forma como os moradores percebem, vivem e concebem o espaço, mediados pelo conjunto de suas práticas cotidianas e por sua história, posição que ocupam na sociedade envolvente e forma específica que assegura a sua reprodução social, constituindo-se no modo pelo qual o grupo social manifesta sua vida. O modo de vida se realiza, então, a partir de dimensões materiais e imateriais, como forma de apropriação e de reprodução das relações sociais em que se inserem os sujeitos, definindo práticas territoriais, com produção de territorialidades e territórios, relacionados, assim, à sociedade e à natureza. (SUZUKI 2013, p. 633).

A prática do sistema de compadrio como aspecto religioso é um exemplo do modo de vida que emana principalmente das comunidades tradicionais do campo, mas que passa a se manifestar também na cidade, como um sistema de vizinhança que estabelece aparentes vínculos de “parentesco” forte o suficiente para interferir na vida do apadrinhado.

De acordo com Lomba (2011, p. 208) “as relações de apadrinhamento e parentesco, que por um lado simboliza o estreitamento das relações familiares, por outro, pode significar interferir na vida alheia”. Esse fato ocorre devido o padrinho se sentir membro da família, opinando, e às vezes, se intrometendo na vida do apadrinhado a ponto de tornar essa relação embaraçosa. Por outro lado, dependendo do nível da interferência na vida do apadrinhado, essa relação pode estabelecer laços de afeto, semelhante entre pais e filhos.

Os mutirões também é outro exemplo de um modo de vida presente no campesinato e em comunidades quilombolas no Brasil. Tal aspecto é capaz de estreitar os laços de vizinhança, companheirismo e solidariedade. É uma maneira de fortalecer os compadrios e a autonomia das práticas produtivas estabelecidas no território.

3 Territorialidade na Lagoa dos Índios

Podemos considerar a territorialidade como regra social específica de determinados grupos num espaço geográfico territorializado, onde suas relações se condicionam pelo poder entre os sujeitos e os bens de natureza material e imaterial sejam reproduzidos com autossuficiência. Ficam entendidos como bens de natureza concreta e simbólica as diversas formas de expressão como, por exemplo, as crenças religiosas, as manifestações culturais, os hábitos, costumes, típicos modos de vida.

De acordo com Rezende da Silva (2008, p. 25), “Territorializar-se significa ter poder e autonomia para estabelecer determinado modo de vida em um espaço, para estabelecer as condições de continuidade da reprodução material e simbólica deste modo de vida. A sobreposição de territórios implica necessariamente em uma disputa de poder”.

Segundo Marques (1994, p. 11) “há diferentes maneiras de se determinar a territorialidade, seja por meio de regras sociais como os direitos legais e as normas culturais referentes ao uso da terra ou simplesmente pelo emprego do poder e da força bruta”. Esclarece ainda que, o direito do acesso a terra estabelece uma forma clara e constante de diferenciação dos lugares, é uma demonstração de territorialidade que chegar a ser fundamental, apresentando generalidades e neutralidades em diferentes lugares. (MARQUES 1994).

Para Haesbaert (2005) territorialidade:

[...] Além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar”. (HAESBAERT, 2005, p. 6776).

Como vimos, Haesbaert discute a territorialidade a partir das vertentes política, econômica e cultural. Evidenciando as relações que dão significado ao território e as formas de organização dos sujeitos no espaço geográfico.

Diante dos contextos, podemos entender a terra e o território tradicional como lugar de morada para os quilombolas, lugar de trabalho, pois é dos recursos da floresta que constroem os cercados de sua criação (galinha, pato, porco), é da madeira que ele faz sua casa, do açazeiro retira o fruto para vender nas feiras da cidade. É da floresta que os quilombolas, extrativistas e até posseiros retiram o sustento da família, lá eles caçam o porco do mato, a paca, o tatu, o veado como forma de subsistência de sua “parentela”. A terra também é lugar de cultura, lá tem o batuque, tem a dança do marabaixo, as festas religiosas, as ladainhas, as procissões.

O uso da terra, e dos recursos naturais nos tempos de Vila da Fortaleza (atual Lagoa dos Índios) ou ramal do goiabal para os mais jovens, este último devido uma grande quantidade de goiabeiras que havia no local, plantação pertencente a uma fábrica de goiaba da época. Era uma condição indispensável para manutenção do grupo e, uma forma de executar suas territorialidades com liberdade.

Nas lembranças dos moradores, de acordo com Bastos e Brito (2008), o território da Lagoa dos Índios foi uma alternativa para os grupos negros conduzirem sua permanência naquele local, representou, sobretudo, para eles um lugar de estágio do conhecimento da floresta, da terra firme, esse aprendizado concedeu a eles, formar um grupo moderadamente afastado e com isso imune da cobiça Portuguesa no período colonial escravista.

Em outras recordações dos moradores, segundo Bastos e Brito (2008) naquela região da Lagoa, antes da chegada dos negros, viviam índios, primeiros habitantes do local, moravam ali bem antes da colonização.

É importante mencionar que negros e índios foram sujeitos protagonistas durante o período colonial Português na Amazônia, século XVIII, criando espaços de sociabilidade e cooperação evidenciados por Marin e Gomes (2003).

No passado, as relações de trabalho entre as famílias na Lagoa dos Índios eram muito próximas, ligadas a cooperação entre os sujeitos, os meios de subsistência vinham da floresta. A terra era vasta, segundo os moradores, compreendia desde o 34º bis de infantaria e selva até o distrito do coração, abarcando as comunidades da Ilha Redonda e Porto do Céu, chegando até os bairros do Congós, Laurindo Banha, Muca e Marabaixos I e II. O presidente da Associação dos Moradores da Lagoa dos Índios, senhor Danielson, entrevistado pelos pesquisadores relata sobre as dimensões do quilombo:

Na realidade, o que hoje eu sei explicar é que os nossos antepassados, e essa área do Congós e do Laurindo Banha que é o Muca, essa área eram todas deles. Aconteceu que a cidade toda foi crescendo e foi empurrando eles pra cá, a nossa comunidade ela vinha desde o bairro do Muca atravessando o lago, toda essa área pertencia a comunidade Lagoa dos Índios. O que foi que aconteceu, eles foram empurrados todos pra cá, o que aconteceu a nossa área hoje ela tá limitada da área da Faculdade Fama, o limite até o Coração e terminando na Ilha Redonda, esse é o limite da área dos remanescente da lagoa dos Índios. (Entrevista realizada em 09 de Junho de 2014)

Segundo relato de moradores, as primeiras moradas foram estabelecidas em torno da Ressaca da Lagoa dos Índios, localizada na bacia hidrográfica do igarapé da Fortaleza, porção oeste do município de Macapá. Região com campos inundáveis, igarapés, florestas de várzea, mata galeria e cerrado. Esse lugar segundo dona Madalena representou o meio de subsistência para os membros do grupo, assim relatado:

Antigamente tinha muito tatú aqui, tinha até viado, tinha capivara, paca, um bucado de caça, mais hoje em dia é difícil vê uma cútia, agente vai nesse mato caçar num pega nada mano, a cidade cresceu tem uma vila pra li, outra pra lá, aí, os bichos foram embora tudinho. Antigamente a gente ia lanterna no garapé e matava de oito, nove, jacaré, hoje num tem nada. (Entrevista realizada em 19 de Junho de 2014)

Essa fartura que dona Madalena relembra, da fauna na região, era a possibilidade dos quilombolas se reproduzir com autossuficiência. A base de sua dieta alimentar era o peixe, o tatu, o jacaré, o veado, a capivara e outros. Essa abundância de antigamente, era uma característica dos quilombolas da Lagoa dos Índios, um modo vida original, antes da intervenção do homem da cidade sobre o seu território.

Antigamente, os membros do grupo adentravam na floresta com o propósito de caçar a capivara, o porco do mato, o veado, que em tempos atrás existia naquela região, esses sujeitos realizavam esse ato cotidianamente. No igarapé, os quilombolas iam de canoa em busca do pescado. Nos campos inundáveis o boi ficava solto, em busca do capim ou mesmo para se refrescar do calor.

A casa de farinha, antigamente, era utilizada para processar a mandioca e produzir o produto. Essa prática era realizada coletivamente pelos núcleos familiares da lagoa. E assim é relatado por Dona Madalena:

Antes existia a casa de farinha, lá no terreno chamado arco, lá na ilha grande, lá pras banda dum garapé que tem que chamam arco, bem na beira onde tem um açaiçal,

hoje já não existe mais. Meu pai vendia farinha nas portas das casas, na feira, nós fazia farinha, nós vendia tapioca, tucupi, tudo. Hoje em dia esse pessoal de hoje né, novato, não quiseram nada mais com roça, só meus pais e meus irmãos. (Entrevista realizada em 19 de Junho de 2014).

Esse ato de produzir e consumir gêneros como a farinha, mandioca e o tucupi era realizada para o consumo familiar e, sua produção tem características não capitalistas de produção. Isso não quer dizer que seus membros eram desligados da produção agrícola monetária, mais seus princípios eram baseados na subsistência, coletividade e cooperação.

Assim como os gêneros, a terra na época na Lagoa dos Índios, não era vista como mercadoria, os atributos oferecidos pelo grupo, era o trabalho e a solidariedade entre as famílias. Antigamente as maiores das pessoas que moravam na Lagoa, em geral, eram membros de uma mesma família. Eram parentes que formavam uma territorialidade baseada nas relações de sociabilidade e na boa vizinhança.

Essa prática solidária e de vizinhança é marcante nas comunidades rurais e cidades de pequeno porte, é uma forma de ajudar o vizinho sem receber gratificação, é uma rotina recíproca entre os sujeitos tradicionais.

Lomba (2011) alerta para um possível desmanche das relações de vizinhança na cidade pequena, as causas seriam, provavelmente, o avanço de outra conjuntura social e a consequente popularização da televisão como fator que contribui para reduzir o tempo dos moradores com tais relações. Esse desmanche acontece em comunidades quilombolas, na Lagoa esse foi um fator que contribuiu para fragilizar as relações de vizinhança que antes eram mais próximas.

Apesar da fragilização das relações de vizinhança na Lagoa dos Índios, devido o estabelecimento de normas urbanas. As festas religiosas e ao mesmo tempo profana, como o Marabaixo⁴, por exemplo, tende a aproximar os moradores, já que a maioria deles participa das celebrações durante todo o período dos festejos. Tal prática tem suas raízes ligadas à cultura africana e são praticados, provavelmente, a mais de dois séculos.

Na Lagoa dos Índios, essa manifestação cultural ainda permanece. É uma manifestação que representa as origens, a realidade e a resistência daquele grupo e das comunidades afrodescendentes no Amapá.

O Marabaixo tem características próximas com outras festas tradicionais na Amazônia, com procissões, missas, ladainhas, bailes dançantes, batuque e a distribuição de bebidas, como a gengibirra (bebida alcoólica servida na roda do batuque).

Nossa Senhora do Carmo é a santa padroeira da comunidade, cujo festejo é realizado no período de 31 de julho a 02 de agosto. São Joaquim é outro santo reverenciado pelo grupo. As festas têm dois momentos, e acontecem em dias diferentes; uma é de caráter mais tradicional, tendo o batuque e a dança do marabaixo como predominância, geralmente é regado à distribuição da gengibirra (bebida alcoólica a base de gengibre); a outra é de cunho mais urbano, na qual é designada uma aparelhagem de som, alugada pelos idealizadores da festa ou mesmo patrocinada por políticos locais, onde a predominância são estilos musicais de massa (teco brega, zooklove, forró, samba, pagode etc...).

As características dessas festas, antigamente, tinham como premissas divulgar as tradições culturais e a devoção aos santos padroeiros e, atualmente os propósitos são outros, prevalecendo o lucro em detrimento dos fatores culturais, fato que desagrada os moradores mais antigos, que tem um apego maior ao passado e em conservar as tradições.

4 Modo de vida em metamorfose na comunidade Lagoa dos Índios

O Amapá passou por profundas transformações principalmente na década de 1980 e 1990. Um novo arranjo espacial sobre o território foi produzido, novas tecnologias que foram inseridas modificaram as relações de sociabilidade entre as pessoas. Essa nova dinâmica, refletiu negativamente nos territórios tracionais, debilitando a forma de organização coletiva e de auxílio mútuo entre as sujeitos.

A primeira mudança no cenário amapaense, principalmente no município de Macapá, acontece a partir da transformação de vila em território federal do Amapá, em setembro de 1943. As transformações do modo de vida quilombola na Lagoa surgem em meados da década de 1970, com a abertura da Rodovia Duque de Caxias (atual Rodovia Duca Serra), estrada que liga a capital Macapá ao Município de Santana e, se intensifica no fim da década de 1980 momentos de mudança no cenário amapaense, o Amapá deixou de ser território Federal e transformou-se em estado.

Durante esse período, houve alteração no cenário econômico e político mundial, novos padrões e valores refletiram na modificação do território em termos global. O paradigma do capitalismo gestou a modernização dos processos técnicos que vai atingir as populações tanto urbanas quanto rural.

No Amapá, a partir dessa conjuntura, novas formas de apropriação do espaço foram surgindo. O núcleo urbano que estava concentrado no centro de Macapá, a partir da década de 1990 foi dispersando em outras direções, novos bairros foram surgindo, expropriações e apropriações do espaço da cidade foram se consolidando. O Bairro Cabralzinho foi um dos primeiros bairros edificadas na zona oeste de Macapá, vizinho ao quilombo da Lagoa. O núcleo urbano, de maneira substancial, contribuiu para induzir a vinda de novos empreendimentos naquela região.

Segundo Bastos e Brito (2008), a energia elétrica chegou à comunidade da Lagoa dos Índios na década de 1980, por meio do programa de eletrificação rural. É sabido que a energia é um elemento indispensável para o desenvolvimento econômico, político e social de qualquer sociedade, principalmente na conjuntura global em que vivemos.

Após a implantação da rede elétrica na época, a comunidade da Lagoa dos Índios, experimentou um novo momento, já que antes utilizavam o fogo como fonte de energia, era comum a utilização da lamparina, ou mesmo da vela para guiá-los durante a noite. Os alimentos que antes de forma tradicional era “salgado” para conservá-los, a partir da eletrificação passou a ser resfriado em geladeira.

O rádio já popularizado em diversas regiões do Brasil se introduziu dentro do âmbito familiar, trazendo informação, mas também influenciando no modo de vida dos sujeitos. A popularização da televisão foi outro instrumento que condicionou os sujeitos a outra realidade social, antes baseada nas relações de ajuda mútua e vizinhança.

É inegável que chegada da energia elétrica contribuiu, significativamente, para as mudanças nos hábitos, costumes e tradições dos remanescentes da Lagoa dos Índios, porém, não foi o único fator.

A partir desse momento, no decorrer da história, a comunidade da Lagoa dos Índios foi se fragmentando e migrando para outros bairros de Macapá. Com a abertura da estrada, a urbanização, afugentou os animais, fonte de alimento dos quilombolas da Lagoa. O cultivo da roça, a criação de animais, o ato de pescar, de caçar se reduziram no tempo e no espaço.

O modo de vida dos quilombolas da Lagoa dos Índios, antes baseada na solidariedade entre os sujeitos, no cultivo da roça, na criação de pequenos rebanhos de gado, na produção de farinha hoje não existe mais, as poucas unidades familiares que plantam ou criam animais estão localizadas no ramal do Murarema, são migrantes que fizeram morada naquela região, pouco tempo atrás. Lá observamos plantações de mandioca, limão, plantas medicinais, além da criação de animais como porco, galinha, pato e peixe.

Os moradores localizados no ramal do Murarema, geralmente, não possuem vínculos próximos com os quilombolas da Lagoa, os que possuem sítios ou chácaras no território só estão na comunidade nos fins de semana, deixando sua propriedade sob responsabilidade de seu empregado (caseiro) que também não tem uma relação de convizinho com os quilombolas.

O modo de vida dos moradores da Lagoa está hoje, baseado, na relação direta com a cidade, seus membros, geralmente, vêm até ao centro de Macapá em busca de trabalho, em sua maioria, autônomos, ganham a vida em trabalhos temporários na construção civil (pedreiro, carpinteiro, servente). São vigilantes, empregadas domésticas, auxiliar de serviços gerais e até servidores públicos.

O modo de vida na Lagoa tem se alterado de forma significativa nas últimas décadas, o sistema de valores ligados ao uso comunal da terra, valores materiais e imateriais por muito tempo utilizado por esse grupo tradicional estão em metamorfose. A proximidade da cidade de Macapá com o quilombo provocou inúmeras transformações no modo de vida dessa população, sobretudo, pela inserção de hábitos urbanos industriais que foram absorvidos por esses sujeitos. No entanto, essas mudanças no território e no modo de vida dessa comunidade, não dissolveram completamente, suas particularidades e a possibilidade de resistência mesmo que remota ainda existe.

Com o crescimento da urbanização no município de Macapá e com a abertura da estrada Duque de Caxias (atual Rodovia Duca Serra), os quilombolas da Lagoa tiveram parte de seu território agregado à lógica urbana. Essa abertura da estrada mudou a dinâmica de ocupação das terras da Lagoa, o pequeno povoamento quilombola recuou adentro. A relação desse povo com a sua cultura, com a terra e com meio ambiente sofreu intervenção, a diminuição e fragmentação do território era apenas uma questão de tempo.

Lefebvre (2001) analisa a expansão do meio urbano ao rural e a possibilidade de mudanças nas relações culturais dos grupos tradicionais:

(...) a cidade em expansão ataca o campo, corrói-o, dissolve-o. (...) A vida urbana penetra na vida camponesa despojando-a de elementos tradicionais: artesanato, pequenos centros que definham em proveito dos centros urbanos (comerciais e industriais, redes de distribuição, centros de decisão etc.). As aldeias se ruralizam perdendo a especificidade camponesa. Alinham-se com a cidade, porém resistindo às vezes dobrando-se ferozmente sobre si mesmas". (LEFEBVRE, 2001 p. 74).

Lefebvre (2001) analisa as metamorfoses que acontece entre a cidade e o campo. Tal expansão do tecido urbano sobre o rural, muda as relações dos sujeitos com sua cultura, enfraquece-o de tal forma, que é capaz de fragmentá-la. O campo, mesmo tendo características próprias, absorve características mercantis, típicos das cidades, no entanto, isso não implica no seu desaparecimento definitivo, ele tem a capacidade de adaptar-se, ressurgindo assim, sob nova forma.

Antônio Candido (1964), no estudo sobre os caipiras paulistas, afirma que a cultura das cidades absorve as culturas rústicas, o domina, impõem seus valores, suas técnicas. Enxerga ainda na expansão do capital, uma maneira de impedir a organização política dos grupos caipiras, tirando sua vida sociável e impedindo uma harmonia com sua cultura.

Para Suzuki (2007, p.140) “no campo e na cidade, vão se construindo territórios do capital, mas sem destruir todas as formas pré-existentes que, pois, ao se metamorfosearem, encontram maneiras de resistirem e persistirem, enquanto outras são criadas”.

O fenômeno da urbanização desordenada reduziu o território da Lagoa dos Índios, haja vista, que os espaços para plantar, criar animais estão escassos, isso gera o desemprego, a pobreza, e a marginalização dos sujeitos. Ficou constatado que a apropriação do território está diretamente relacionada à mercantilização das terras para grupos privados, esses, contrários em transformar aquela região em território quilombola, pois a titulação definitiva impediria apropriação em massa daquelas terras. Fato que possivelmente, justificaria a não regularização das terras pelos quilombolas da Lagoa dos Índios, pois estão embebidos pela lógica do capital.

É visível, na entrada do ramal do goiabal, estrada que dá acesso ao quilombo, uma diversidade de placas publicitárias vendendo lotes em condomínios residenciais fechados. Além de faixas elaboradas pelos próprios moradores, donos de pequenas extensões de terra no quilombo e que tem a intenção de vendê-los. Como demonstrado na figura abaixo.



Fonte: Pesquisa de campo. Org. Danielson Iaparrá, 2017

Figura 2. Outdoor e placas com venda de lotes e casas.

Os quilombolas da Lagoa adotaram a venda dos lotes que, eles adquiriram por herança de seus antepassados, como estratégia de autossustento de seus familiares. É corriqueira, segundo moradores, a venda de terrenos naquele lugar. Há relatos que os lotes são vendidos por valores irrisórios, um dos motivos seria o desemprego que afligem os moradores. Outro fator seria o vício da bebida, segundo relatos, nos fins de semana é

fácil comprar terrenos naquela região, o sujeito sem dinheiro para comprar a “pinga” se submete a vender seu pequeno lote de terras por cerca de R\$ 500 (quinhentos reais), há relatos também da troca de terrenos por motocicletas, e até bicicleta.

A disputa de lotes dentro do quilombo vai gerar conflitos entre os moradores e grileiros de terras que constantemente tentam se apropriar ilegalmente de áreas no território em questão. Os conflitos surgem pela ausência do poder público e pela falta de comprovação de legitimidade das terras da Lagoa dos Índios.

Considerações finais

Nesta pesquisa, identificamos que as ocupações se intensificaram na região oeste do município de Macapá a partir da abertura da antiga Rodovia Duque de Caxias e, se intensificou durante toda a década de 1990 e início dos anos 2000.

A partir dessa expansão, parte do território quilombola da Lagoa dos Índios, que era bastante extenso, acabou sendo atingido, ocorrendo simultâneas invasões, grilagens e expropriação de terras, sobretudo, pela valorização do espaço, estímulo ao aliciamento de empresas imobiliárias que historicamente contribuíram para fragmentação e perda de parte do território. A inserção das relações urbanas no quilombo, atrelado a lógica do consumo privado e das relações mercantis, intensificou a dependência dos quilombolas ao modo de vida urbano. Dinâmica que gerou uma intensificação da pobreza, desemprego e marginalização dos sujeitos.

O rádio, a televisão e as mídias sociais são elementos criados pela modernidade e capazes de provocar mudanças em toda estrutura da sociedade. Esses processos introduzidos no território quilombola da Lagoa dos Índios enfraqueceu as relações de vizinhança, e de solidariedade entre os membros da comunidade. Por outro lado, envolveu essas pessoas no mundo da informação, e dentro de um patamar em que podem compartilhar suas demandas sociais, exigindo das autoridades intervenção junto ao poder público na solução dos problemas enfrentados diariamente.

A expansão da cidade causou uma desordem que desequilibrou as relações de vizinhança, uma coação que gerou violência, usurpou território, fragmentou a comunidade. Nos relatos dos moradores ficou evidente que as transformações no território ainda estão em processo, é um anúncio que num curto período de tempo até a vila comunitária estará comprometida pelo fenômeno da urbanização.

Nota

⁴Comemoração religiosa praticada por grupos negros, remanescentes de quilombo, em louvor à Santíssima Trindade e ao divino Espírito Santo.

Referências

- BASTOS, Cecília Maria Chaves Brito e BRITO, Daguinete Maria Chaves. Comunidade Lagoa dos Índios: Conflitos e perspectivas na criação de uma área protegida. In: **Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS**, 32, Caxambu, 2008.
- CARRIL, Lourdes de Fátima Bezerra. Quilombo, Território e Geografia. **Revista Agrária**,

nº. 3, São Paulo, p. 156 a 171, 2006.

CANDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 9ª. Ed. São Paulo: Duas cidades, 2001.

HAESBAERT, Rogério. **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LOMBA, Roni Mayer. **Pequena aglomeração urbana e a relação campo-cidade em Caarapó-MS**. 2011. 242 f. Tese (doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2011.

MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo; GOMES, Flavio. Reconfigurações coloniais: Tráfico de indígenas, fugitivos e fronteiras no Grão-Pará e Guiana Francesa (Séculos XII e XIII). **Revista de História**, 149(2º- 2003), p. 69-107.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **O modo de vida camponês sertanejo e sua territorialidade no tempo das grandes fazendas e nos dias de hoje em Ribeira-PB**. 1994. 153 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

QUEIROZ, Silvaneide. **Território Quilombola do Curiaú e área de proteção ambiental do rio Curiaú**: interpretação dos conflitos socioambientais pela economia ecológica. 2008. 103 f. Dissertação (mestrado em planejamento do desenvolvimento) – Núcleo de altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém.

REZENDE DA SILVA, Simone. **Negros na Mata Atlântica, territórios quilombolas e conservação da natureza**. 2008. 370 f. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2008.

SUZUKI, Júlio César. Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação. **Revista Nera**, Presidente Prudente, Ano 10, nº10, p.134-150, 2007.

_____. Território, modo de vida e patrimônio cultural em sociedades tradicionais brasileiras. **Espaço e Geografia**, Vol. 16, nº 2, p. 627 – 640, 2013.

TRECCANI, Girolamo Domenico. **Terras de Quilombo**: caminhos e entraves do processo de titulação. Belém: Secretaria Executiva de Justiça. Programa Raízes, 2006.